

Prevenção às drogas é tema de concursos

Para dar continuidade aos eventos da Semana Estadual de Prevenção às Drogas, foi lançado o 3º Concurso de Vídeos de Animação e o XII Concurso de Redação, Frases e Desenhos. O objetivo das atividades é sensibilizar as pessoas sobre o problema e estimular a consciência crítica da sociedade acerca do uso e abuso das drogas.

Este ano o XII Concurso de Redação, Frases e Desenhos – Viva Feliz sem Drogas, tem como tema “Escola: Formação para a Vida”. Podem participar do concurso alunos de escolas estaduais, municipais e particulares de todo o Estado, nas categorias redação, desenho, desenho especial, grafismo, frase e desenho com frase.

UNIVERSITÁRIOS

Já o III Concurso de Vídeos de Animação é realizado em parceria com instituições de ensino superior de Minas Gerais e é voltado exclusivamente para estudantes universitários. O tema deste ano é “Drogas e Violência”. Os alunos interessados deverão enviar para a Subsecretaria de Políticas Antidrogas um vídeo de até 30 segundos, gravado em CD ou DVD, nos formatos avi, mov, wmy ou mpg. Vale ressaltar que cada aluno poderá participar com apenas um vídeo.

Os regulamentos dos concursos estarão disponíveis, a partir da próxima semana, no site www.omid.mg.gov.br.

Diretora de abrigo maltratava jovens

• **Mulher também foi indiciada por exposição de criança à exploração sexual e venda de alimentos doados à instituição**

A diretora de um abrigo que atente cerca de 25 crianças e adolescentes em situação de risco foi indiciada por maus tratos, exposição de criança sob sua guarda à exploração sexual e por descumprir deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrente de tutela ou guarda.

Maria Brasilina de Oliveira era investigada desde 2005 pela Polícia Civil em decorrência de denúncias de maus tratos, venda de alimentos doados à instituição e por manter seus abrigados em imóvel sem infraestrutura adequada para resguardá-los. Também é acusada de

de negligenciar cuidados necessários aos adolescentes, que eram observados alcoolizados pela vizinhança, e às jovens gestantes.

— No final de quatro anos de investigação, não tenho dúvidas sobre a responsabilidade da diretora da instituição diante das denúncias — garantiu Sônia Parma, delegada responsável pelo caso.

Quando foi ouvida na delegacia, Maria Brasilina negou tudo. Alegou que o abrigo é fiscalizado por entidades municipais e que as denúncias baseiam-se na insatisfação de vizinhos da instituição em conviver com crianças e adolescentes carentes numa região considerada nobre, uma vez que a entidade fica no Bairro Santa Catarina.

De acordo com o relatório elaborado pela delegada, uma jovem relatou que todos os abrigados “apanham muito”, e que ela já foi para o hospital com a perna quebrada devido às agressões, sendo obrigada a dizer que havia sofrido uma queda.

A adolescente também disse que mantinha relações sexuais com dois abrigados e com dois funcionários. Ela afirma que Maria Brasilina sabia de tudo e que nunca tomou providências, sendo ameaçada de morte, caso denunciasse os fatos. Na época, conforme a delegada, a menor foi transferida para local mais adequado. Outros adolescentes também foram ouvidos durante o inquérito e confirmaram as denúncias.

No último dia 16, Sônia Parma encaminhou o relatório à Promotoria da Infância e da Juventude. A promotoria informou que ainda não recebeu o documento, mas que, ao tê-lo em mãos, o encaminhará à Justiça Criminal, já que se trata de denúncia contra pessoa física e não contra a instituição.

A diretora do abrigo foi procurada pela JF HOJE, que foi informado de que ela não se encontrava na entidade para comentar o assunto.

Amac: PJF terá mais tempo para análise

JOÃO SCHUBERT

• **Prefeitura de Juiz de Fora terá mais 35 dias para avaliar transformação da Amac em fundação**

A Prefeitura de Juiz de Fora terá mais 35 dias para analisar a proposta de transformação da Associação Municipal de Apoio Comunitário (Amac) em fundação. Depois de longa reunião com o prefeito Custódio Mattos e secretários municipais, promotores da comissão especial de proteção do patrimônio, do Ministério Público Estadual (MPE), concordaram em pro-

longar o prazo para que a situação jurídica da instituição — registrada como entidade de direito civil privado, mas mantida pelo poder público — seja regularizada. O grupo volta a se reunir em 30 de julho.

Um vídeo sobre o histórico e as atividades desenvolvidas nas 58 unidades de serviço da Amac foi apresentado aos promotores do MPE Ricardo Tadeu Linardi, Daniel de Sá Rodrigues e Paula Aires Lima Damasceno, que optaram por atender ao pedido do Executivo e do Legislativo e dar mais tempo para que as três propostas para a fixação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sejam estudadas.

O MPE propõe a imediata extinção da Associação e a de-



• **Reunião entre prefeito, secretários e promotores foi longa**

missão de mais de dois mil funcionários contratados sem concurso público. Já Prefeitura e Câmara querem preservar empregos atuais e serviços prestados, seja transformando

a entidade em ONG (proposta do Executivo) ou fundação, como sugere a Comissão de Participação Popular e Participação Legislativa da Câmara e o Sindicato dos Servidores Públicos

(Sinserpu). O fato de esta última proposta não ter sido avaliada pela Procuradoria Geral do Município teria motivado a extensão do prazo.

— Temos problema jurídico grave, mas não temos escândalo grave. Há milhares de pessoas que são atendidas pela Amac e estamos conscientes de que temos que regularizar a situação — destacou o prefeito Custódio Mattos.

A não assinatura do TAC proposto pelo MPE foi comemorada pelos servidores.

— Ganhamos tempo para encontrar uma saída que não prejudique trabalhadores e usuários dos serviços da Amac. Buscaremos apoio da sociedade civil durante esse período — enfatiza o presidente do Sinserpu, Cosme Nogueira.